



PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: ARQUIVOS, FONTES E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

  Rodrigo Pinto de Andrade¹

  Cézar de Alencar Arnaut de Toledo²

  Francielle Aparecida Garuti de Andrade³

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica.

Correspondência ao Autor

Nome: Rodrigo Pinto de Andrade

E-mail:

rodrigouem@yahoo.com.br

Instituição Universidade

Estadual de Maringá, Brasil

Submetido: 21/03/2018

Aprovado: 30/07/2018

Publicado: 04/06/2019

 10.20396/rho.v19i0.8651989

e-Location: e019017

ISSN: 1676-2584

RESUMO

Este texto analisa a importância dos arquivos regionais, nomeadamente os escolares, para a preservação da história da educação na região oeste do Paraná. Os acervos escolares constituem-se em espaços privilegiados que servem para albergar documentos que contribuem para a preservação da memória histórica, são, portanto, importantes repositórios de fontes manuscritas, escritas e iconográficas que contribuem decisivamente para o avanço da pesquisa sobre a trajetória histórica das instituições escolares regionais e auxiliam na reconstituição e preservação da História da Educação brasileira. Nas últimas décadas, ampliou-se a discussão sobre a conservação das fontes para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, todavia, os pesquisadores ainda encontram dificuldades, especialmente relacionadas ao acesso e à conservação dos documentos. No caso do oeste paranaense, embora se trate de uma região de colonização recente - década de 1940 -, quando comparada ao restante do estado do Paraná, são poucos os arquivos que acondicionam documentos e fontes históricas para preservação da memória coletiva. Nesse contexto, os acervos das instituições educativas exercem importante papel no processo de catalogação e acondicionamento de fontes documentais para pesquisa sobre a História da Educação regional. Neste texto, listamos os principais arquivos públicos e privados que podem auxiliar o trabalho dos investigadores que optarem pela realização de pesquisas que incidem sobre o campo temático da história das instituições educacionais e da História da Educação regional.

PALAVRAS-CHAVE História da educação. Oeste Paranaense. Instituições educacionais. Arquivos.

Checagem
Antiplágio



Distribuído
Sobre





PRESERVATION OF THE HISTORY OF EDUCATION IN THE WESTERN REGION OF PARANÁ: ARCHIVES, SOURCES AND EDUCATIONAL INSTITUTIONS

Abstract

This text analyses the importance of the region archives, especially the school ones, in order to preserve the history of education in western region of Paraná. The school archives constitute privileged spaces to house documents that contribute to preserve the historic memory. They are therefore, important repositories of handwritten, written and iconographic sources which contribute decisively to the advancement of research on the historical trajectory of the regional school institutions, and assist in the reconstitution and preservation of the History of Brazilian Education. In the last decades, it has expanded the discussion on the conservation of the sources for the knowledge of the cultural and historical patrimony; the researchers still find it difficult however, mainly related to the access and conservation of the documents. In the case of western Paraná, although it is a region of recent colonization – 1940s – compared to the rest of the state, there are few archives that contain documents and historical sources for the preservation of collective memory. In this context, the collections of educational institutions have an important role in the cataloging and packaging process of documentary sources for research on the history of regional education. In this text, we have listed the main public and private archives that can assist the work of researchers who choose to conduct research that focuses on the thematic field of the history of educational institutions and the History of regional education.

Keywords: History of education. Western Paraná. Educational institutions. Archives.

PRESERVACIÓN DE LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EN LA REGIÓN OESTE DEL PARANÁ: ARCHIVOS, FUENTES Y INSTITUCIONES EDUCACIONALES

Resumen

Este texto analiza la importancia de los archivos regionales, en particular los escolares, para la preservación de la historia de la educación en la región oeste de Paraná. Los acervos escolares se constituyen en espacios privilegiados que sirven para albergar documentos que contribuyen para la preservación de la memoria histórica, ellos son por lo tanto, importantes repositorios de fuentes manuscritas, escritas e iconográficas que contribuyen decisivamente al avance de la investigación sobre la trayectoria histórica de las instituciones escolares regionales y auxilian en la reconstitución y preservación de la Historia de la Educación brasileña. En las últimas décadas, se amplió la discusión sobre la conservación de las fuentes para el conocimiento del patrimonio cultural e histórico, sin embargo, los investigadores todavía encuentran dificultades, especialmente relacionadas con el acceso y la conservación de los documentos. En el caso del oeste paranaense, aunque se trata de una región de colonización reciente - década de 1940 -, en comparación con el resto del estado de Paraná, son pocos los archivos que envasan documentos y fuentes históricas para preservar la memoria colectiva. En ese contexto, los acervos de las instituciones educativas desempeñan un importante papel en el proceso de catalogación y el acondicionamiento de fuentes documentales para investigación sobre la historia de la educación regional. En este texto, tenemos una lista de los principales archivos públicos y privados que pueden ayudar al trabajo de los investigadores que opten por la realización de investigaciones que inciden en el campo temático de la historia de las instituciones educativas y de la historia de la educación regional.

Palabras clave: Historia de la educación. Oeste Paranaense. Instituciones educativas. Archivos.



INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas um dos temas recorrentes nas pesquisas no campo da História da Educação é a importância dos arquivos e arquivos escolares como espaços de preservação da memória e da identidade das instituições educacionais, pois tais arquivos propiciam o acesso às fontes documentais para as pesquisas históricas e contribuem para a organização de um *corpus* documental que pode ser disponibilizado para investigações acadêmicas na área da História da Educação. O tema ganhou força a partir do alargamento do conceito do que são fontes e da incorporação de novos objetos que passaram a ser analisados a partir de sua historicidade, dentre os quais destaca-se a Linha de Pesquisa sobre a história e a historiografia das instituições educacionais.

Desde a década de 1990 a temática que analisa a história das instituições escolares tem atraído um grande número de pesquisadores, que veem nessa linha investigativa a possibilidade de escrever a História da Educação brasileira e regional sob um prisma diferente daquele que dá espaço apenas às narrativas emanadas de documentos oficiais; por isso, muitos pesquisadores, no Brasil e no exterior, têm se lançado nessa tarefa de reconstituir o sentido sócio/educacional de diferentes escolas.

No trabalho de historiar a instituição educativa, os arquivos da própria escola pesquisada se tornam fundamentais para a preservação de sua história e de sua memória, pois abrigam informações sobre o modo como se dava o processo ensino-aprendizagem naquela instituição. Os arquivos escolares se constituem como importantes locais de referência e armazenam uma complexa rede de documentos fundamentais para o estudo da história educacional, além de possibilitar a preservação da memória das ações passadas da instituição pesquisada.

Tendo em vista o importante papel que as instituições têm no trabalho de preservar os arquivos bem como as fontes documentais neles albergadas, este texto objetiva apresentar uma reflexão sobre a importância das fontes e dos arquivos para preservação da História da Educação na região oeste do Paraná. Para discutir essa temática, o trabalho está dividido da seguinte forma: inicialmente será analisado o conceito de fontes históricas e sua importância para as pesquisas na área da História da Educação regional e das instituições escolares. Em seguida, será realizada uma definição do que é pesquisa em arquivos, com ênfase para os tipos de arquivos existentes, seus documentos e sua gestão. Por fim, serão apresentados os principais arquivos públicos e privados que condicionam e organizam as fontes para a pesquisa sobre história da educação e história das instituições educativas no oeste paranaense.

PESQUISA HISTÓRICA, FONTES E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

A análise da história das instituições escolares no Brasil, tem se firmado como uma Linha de Pesquisa no âmbito da História da Educação e se constituído cada vez mais num



campo de investigação promissor. Trata-se de um veio da pesquisa histórica que se ocupa em descrever seus protagonistas em suas ações, bem como, os diferentes momentos vividos pela instituição educativa, suas contradições, sua estrutura física, sua relação com as políticas educacionais, seu projeto pedagógico e outros temas que contribuem para a compreensão do fenômeno histórico-educativo em sua totalidade. (GARUTI DE ANDRADE; ARNAUT DE TOLEDO, 2017). Justino Pereira de Magalhães afirma que a partir das ciências da educação, a História da Educação, centrada na instituição escolar, “[...] tem procurado corresponder a um núcleo duro de questões *trans* e interdisciplinares, definindo e consolidando o seu estatuto epistêmico através do contributo para os debates centrais às ciências da educação.” (MAGALHÃES, 1998, p. 57).

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas, de acordo com Magalhães (1999a), constitui-se num domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação, onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e das práticas educativas. Desde a década de 1960, a historiografia da educação tem evoluído por meio de um revisionismo crítico e pela construção de uma internalidade que permite compreender e explicar os fenômenos educativos. Essa renovação historiográfica das últimas décadas produziu importantes mudanças na área da História da Educação. As principais dimensões de renovação da historiografia educacional, segundo o autor, podem ser assim descritas:

[...] um alargamento objectual, com novas temáticas, novos públicos e novos olhares; uma renovação metodológica, que vai da abordagem serial e quantitativa, à micro história, ao particular e ao estudo de caso; uma abertura à interdisciplinaridade e à relação, que assim se converte numa via para a compreensão da centralidade dos fenômenos educativos. (MAGALHÃES, 1998, p. 54).

As pesquisas que incidem sobre a temática da história das instituições educativas fazem parte deste processo de renovação e se constituem num desafio interdisciplinar. Nessa modalidade de pesquisa, as análises sociológicas, organizacionais e curriculares compilam-se com o objetivo de uma reconstituição historiográfica de valor, pois se propõem a contextualizar a instituição pesquisada no cenário político, social, cultural e educacional em que ela se desenvolveu. Essas investigações fundamentam-se no pressuposto de que tal maneira de se estudar o interior das instituições escolares traz ao cenário da História da Educação uma quantidade de informações que ultrapassam os espaços físicos e vão além das estruturas arquitetônicas, projetando relações de comunicação e trazendo à tona a memória individual e coletiva, das quais, emerge a relação educativa. (MAGALHÃES, 1999b; MAGALHÃES, 2006).

Essa modalidade de investigação pode ser classificada como de caráter histórico/documental, isto é, contempla o levantamento, a seleção e a análise de fontes, que por sua vez, são a base sobre a qual se constrói uma pesquisa; são, portanto, a matéria prima na elaboração da investigação acadêmica e se constituem no ponto de apoio da investigação.



Elas dizem respeito à vida do homem e que este, por sua vez, faz história por meio de sua ação sobre a natureza para transformá-la e, no processo, transforma a si mesmo. O acesso às fontes representa o contato com objetos que revelam uma forma de vida e de organização social. (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2014; SAVIANI, 2004).

Grande parte das fontes documentais para a investigação da história de uma instituição educativa podem ser encontradas prioritariamente nos arquivos da própria escola. Assim, é correto afirmar que tais arquivos constituem-se no principal repositório de fontes para a efetivação de uma pesquisa dessa natureza; eles possuem documentos com informações que dizem respeito ao funcionamento e a vida dos diferentes atores que fizeram parte da trajetória da instituição, por isso, configuram-se, na sua diversidade e variedade, em um importante patrimônio histórico e educativo da instituição. Segundo Maria João Mogarro, o arquivo escolar “[...] constitui o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar.” (MOGARRO, 2006, p. 72).

Assim, tem-se que os documentos encontrados nos arquivos de uma instituição educativa trazem à tona a expressão de sujeitos e grupos sociais que representam um determinado contexto histórico, e isso pode contribuir para a compreensão da História da Educação regional e brasileira. As fontes armazenadas nos arquivos escolares auxiliam na compreensão da constituição das relações sociais da escola e das políticas públicas que foram por ela implementadas. (VIDAL, 2005).

PESQUISA EM ARQUIVOS

Os arquivos se organizam em conjuntos produzidos ou recebidos por instituições públicas e privadas e contêm documentos de natureza diversa. Eles decorrem do exercício de atividades específicas, tanto de entidades como de pessoas. São fundamentais para a preservação das fontes e também da memória, ou seja, da própria história, pois servem de acesso ao passado. (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2015). De acordo com a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, Cap. I, art. 2º

[...] consideram-se arquivos, para os fins desta lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991).

No Brasil a preocupação em relação à importância dos arquivos na pesquisa educacional é recente e pouco disseminada. De modo geral, os arquivos brasileiros enfrentam problemas comuns aos dos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de



recursos. Os arquivos geralmente não recebem a atenção prioritária dos órgãos governamentais, por isso, acabam se tornando meros depósitos de papéis. Na iniciativa privada também é muito comum denominar os serviços de arquivo como **arquivo morto**, o que indica a não atenção para a importância das informações contidas nos documentos ali depositados. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015).

Os documentos comumente são encontrados em condições pouco favoráveis para o desempenho do trabalho do pesquisador, sendo exigido dele o conhecimento das normas e das políticas arquivísticas e o conhecimento do sistema administrativo, das regras e das leis que regulamentam a pesquisa em arquivos. Além disso, o investigador deve se prevenir contra as doenças advindas do contato direto com mofo, traças e outros bichos nocivos à saúde humana. Segundo José Maria Jardim,

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2003, p. 39).

As políticas que dão suporte aos arquivos públicos e privados no Brasil são estabelecidas em lei. A Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.159/91 e o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, estabelecem que é dever do Poder Público, em todos os níveis, a gestão, a guarda e a preservação de documentos e arquivos como elementos de apoio à administração e à cultura. (MEDEIROS, 2009).

Entende-se que o trabalho de organização de acervos é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa histórica. Na medida em que cresce o número de instituições que organizam adequadamente seus acervos documentais e viabilizam instrumentos que facilitem o acesso às fontes, o trabalho dos pesquisadores é facilitado e a qualidade das pesquisas será significativamente impactada, uma vez que o tempo de busca e de trato com as fontes será reduzido. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015).

TIPOS DE ARQUIVOS

Os arquivos recebem a seguinte classificação: arquivos públicos e arquivos privados. O arquivo é considerado público quando recebe documentos produzidos por órgãos públicos no exercício de suas funções ou é mantido por órgãos públicos. Conforme o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, Cap. III, art. 15, são arquivos públicos os conjuntos de documentos: I - produzidos e recebidos por órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias; II - produzidos e recebidos por agentes do Poder Público, no exercício de seu cargo ou função ou deles decorrente; III - produzidos e recebidos pelas empresas públicas e



pelas sociedades de economia mista. (BRASIL, 2002). Os arquivos públicos são federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Será considerado privado todo arquivo que recebe conjuntos de documentos de pessoa física ou jurídica em decorrência de suas atividades e/ou, é mantido por instituições privadas, famílias ou indivíduos. (BRASIL, 2002). Os arquivos privados, com a extinção da pessoa jurídica de direito privado, devem ser transferidos para o poder público, assim, passam automaticamente a serem patrimônios públicos e geralmente se tornam também, arquivos públicos. O Decreto nº 4.073, Cap. V, em seu art. 22, regulamenta a Lei nº 8.159/91 e dá diretrizes sobre a declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas. Tais arquivos, uma vez que contenham “[...] documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por decreto do Presidente da República.” (BRASIL, 2002).

Como exemplo, é possível citar os arquivos de instituições religiosas brasileiras anteriores ao Código Civil de 1916 que, no que diz respeito a atos de interesse público e social, mesmo sem decretos, são considerados de caráter público, pois possuem documentos de caráter religioso com finalidades públicas, um exemplo são os registros de batismo anteriores a Lei de 1916 que, na ausência de outros documentos, são considerados como registros de nascimento. (BRASIL, 1991; MEDEIROS, 2009).

Há também, a possibilidade de a pessoa física ou jurídica detentora de arquivo e que tenha interesse em qualificá-lo como arquivo privado de interesse público e social encaminhar solicitação ao Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ⁴. Na solicitação deverá constar a justificativa do pedido e a indicação da localização do arquivo, bem como, a identificação do solicitante, do proprietário ou detentor do arquivo. Também, deverá constar o domicílio ou sede do solicitante, local para recebimento de comunicações. A solicitação será encaminhada à Comissão Técnica de Avaliação constituída pelo Conselho Nacional de Arquivos, que emitirá parecer pela aceitação ou não do interesse público e social do arquivo. Em caso de parecer favorável, o CONARQ tomará as devidas providências, que resultará na homologação da declaração pelo presidente da República. (BRASIL, 2002).

A declaração de interesse público e social do arquivo será acompanhada de um diploma, que certificará sua importância para a memória nacional. Esse diploma, além de valorizar o arquivo, pode contribuir para a obtenção de apoio junto a agências financiadoras públicas ou privadas visando à preservação e divulgação do acervo. Os proprietários ou detentores dos arquivos privados declarados de interesse público e social devem zelar por sua preservação, comunicar ao Conselho Nacional de Arquivos qualquer mudança de local de guarda e notificar a União em caso de venda ou doação do arquivo. (BRASIL, 2002).

DOCUMENTOS E GESTÃO DE ARQUIVOS



Os documentos dos arquivos podem ser assim classificados: a) documentos correntes, que são os documentos consultados frequentemente; b) documentos intermediários, ou seja, aqueles documentos que não são objeto de consultas frequentes, mas, por motivo burocrático esperam a decisão de sua destruição ou recolhimento para guarda permanente; c) documentos de valor permanente, que são aqueles que possuem valor histórico e devem ser definitivamente arquivados. Para fim de arquivamento permanente, os documentos devem ser analisados, avaliados e selecionados. Neste caso, a legislação prevê a existência de comissões permanentes de avaliação de documentos; a Lei nº 8.159/91, na seção de Gestão de Documentos, Cap. IV, art. 18, orienta que em cada órgão e entidade da Administração Pública Federal será constituída comissão permanente de avaliação de documentos, que terá a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. (BRASIL, 2002; MEDEIROS, 2009).

A gestão documental e a proteção dos documentos de arquivos são tarefas do Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios). A Lei nº 8.159/91, em suas Disposições Gerais, no Cap. I, art. 1º preconiza que é dever do Poder Público: a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, e ao desenvolvimento científico, como elementos de prova e informação. (BRASIL, 1991).

Em relação aos arquivos privados, desde que desempenhem funções delegadas pelo Poder Público, é aplicado o mesmo princípio. Para que a proteção e a gestão dos documentos se efetivem, a lei prevê uma estrutura que tem como órgão superior o CONARQ - órgão central do SINAR, Sistema Nacional de Arquivos - cuja finalidade é implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e o acesso aos documentos de arquivo. (BRASIL, 1991).

Os arquivos públicos estão condicionados ao princípio da inalienabilidade, ou seja, não podem ser vendidos, doados ou permutados. No caso dos arquivos privados, o princípio da inalienabilidade se aplica apenas àqueles que são declarados de utilidade pública ou tombados pelo Poder Público, conforme consta da Lei nº 8.159/91, Cap. III, art. 13 “[...] os arquivos privados identificados como de interesse público e social não poderão ser alienados com dispersão ou perda da unidade documental, nem transferidos para o exterior. Na alienação desses arquivos o Poder Público exercerá preferência na aquisição.” (BRASIL, 1991).

Todos os cidadãos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo, contidas em documentos de arquivos, portanto, a administração pública deve disponibilizar o direito à consulta dos documentos públicos àqueles que se interessem, isso implica num dever para administração e num direito público subjetivo, que a todos protege. (MEDEIROS, 2009).



ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA HISTÓRICA

Os arquivos escolares proporcionam condições materiais que contribuem para a sobrevivência da documentação de uma determinada instituição educativa, isso possibilita a preservação da memória das ações passadas da instituição evitando seu esquecimento, e oferece sentido ao presente, uma vez que a incorporação de novas práticas se dá mediante as influências do passado. O arquivo escolar constitui-se em dispositivo de memória que, ao ser interpretado, reconstrói parte da história. Podemos dizer que os arquivos escolares são guardiões da história de uma sociedade e de uma escola. Por isso, a organização deles contribui para a preservação da memória histórica. O arquivo é um lugar privilegiado de informação e construção do sentido evolutivo para a história de uma instituição escolar. (VIDAL; ZAIA, 2002; MAGALHÃES, 1999a).

Os documentos que podem ser encontrados na escola, que tratam de seu cotidiano, apresentam informações fundamentais acerca da trajetória e das práticas da instituição. As escolas dispõem de um grande número de fontes e informações fundamentais para a construção de interpretações sobre elas próprias e sobre a história da educação. As fontes disponíveis nos arquivos escolares são: prontuários dos alunos e livros de matrículas (pelos dados sobre filiação e nacionalidade dos alunos e profissão dos pais); livro de ponto e livro de frequência (pelos nomes de professores e funcionários admitidos); atas de diretoria e os relatórios (por conterem dados importantes sobre o funcionamento institucional e suas mudanças). (MOGARRO, 2006; ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2014).

Além dos documentos escolares oficiais (diários, ofícios, requerimentos, relatórios, decretos, estatísticas, históricos escolares de alunos, atos de colação de grau, transferências, atas de reuniões pedagógicas, que, obrigatoriamente, devem ser preservados e disponibilizados para pesquisas), os arquivos das instituições educativas guardam outros documentos não oficiais, também úteis na investigação histórica: diários de classe, cadernos escolares, trabalhos de alunos, memórias de alunos e de professores. (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2014). Todos esses documentos albergados nos acervos escolares apresentam informações sobre o modo como se dava o processo ensino/aprendizagem naquela determinada escola e oferecem ao pesquisador “[...] indícios sobre as relações pretéritas dos sujeitos com a materialidade escolar ou sobre a formalidade das práticas escolares, fazendo-o recordar que as situações pedagógicas se constroem muito frequentemente por formas orais de socialização.” (VIDAL, 2005, p. 24).

Apesar das dificuldades de preservação de documentos escolares, algumas práticas podem ser estimuladas entre alunos, professores e funcionários, tais como: seleção, catalogação e acondicionamento de documentos considerados de maior relevância histórica e sua disponibilização aos pesquisadores. (ARNAUT DE TOLEDO, ANDRADE, 2014). Considerando que os diversos atores educativos e as autoridades locais e nacionais têm representações diversas sobre a escola e suas funções, os arquivos escolares possuem



informações que auxiliam na análise dos diferentes discursos desses atores, por esse motivo devem ser preservados. (MOGARRO, 2005).

Tem-se que o arquivo constitui-se como um lugar privilegiado de informação e construção do sentido evolutivo para a história de uma instituição educativa, tal construção consiste numa progressiva dialética entre memória e arquivo. Nos documentos preservados e acondicionados nos acervos escolares, como salienta Maria Elisabeth Blanck Miguel, “[...] está contida a memória, ou fragmentos da memória do que desejamos pesquisar [...]” (MIGUEL, 2012, p. 13), nesse sentido, os arquivos escolares constituem-se em dispositivos de memória que, ao serem interpretados, reconstróem parte da história. Eles são guardiões da história da escola.

Analisando as relações entre memória e arquivo, observamos que a memória de uma instituição educativa se forma a partir de contradições, da transmissão oral, da somatória de outras memórias, de pessoas e de gerações. Tal relação deve ser feita mediante um estudo hermenêutico de boa interpretação, que não se prende a simples descrições. A memória se constitui dos atos de lembrar e de esquecer, a um só tempo, e estes são produzidos socialmente. Uma escola sem memória é uma escola sem história, isto é, sem identidade, pois é a história que confere identidade a uma instituição, por isso, a conservação de documentos e a organização de arquivos escolares contribuem para preservação da história e da memória educacional. A memória histórica, portanto, é propriedade coletiva e faculdade individual. (MAGALHÃES, 1999b; MAGALHÃES, 2007).

As instituições educativas, assim como seus sujeitos, possuem uma memória que se assenta nas tradições orais que são transmitidas às futuras gerações. Por isso, se faz necessário uma compreensão mais aguçada do que sejam os sentidos da memória e, concebê-la como algo que está além da capacidade humana natural, de lembrar os fatos passados. A memória, nessa perspectiva, constitui-se numa “[...] teia de subjetividades, por mais que haja imersão, por mais que se provoque o/a narrador/a, por mais que se evite a superficialidade durante a entrevista, não há como atingir a totalidade daquilo que foi vivido no passado.” (MAGALHÃES, 1999a, p. 69).

A relação entre memória e arquivos deve ser feita mediante um estudo de boa interpretação que não se prende a simples descrições, mas, estabelece entre espaço e tempo, contribuições provenientes de agentes, meios, atitudes, culturas, valores, interesses, motivações, racionalidades que se traduzem na ação educativa. É esse encontro entre o material de arquivo e os depoimentos dos atores envolvidos com a história da instituição que, constitui-se no movimento que explica a relação entre a memória e o arquivo e que dão valor à pesquisa. A partir desta compreensão, a memória não dispensa rigor científico e pode ser verificada pelo pesquisador mediante análise e questionamentos que procuram esclarecer as relações entre as pessoas, ou entre os documentos. Nada na vida de uma instituição escolar aconteceu por acaso, tanto o que se perdeu ou o que se transformou como também o que



permanece. O que constitui a memória de uma instituição, muitas vezes, é um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais. (MAGALHÃES, 1999b).

Assim, pode-se dizer que os documentos, as fontes primárias e secundárias e todo *corpus* documental disponível nos acervos escolares são dispositivos de memória que, ao serem interpretados, reconstróem parte da história, por isso, as instituições educacionais devem preservar seus documentos mediante a difusão no ambiente escolar de uma cultura da preservação. Apesar das dificuldades de preservação, algumas práticas podem ser estimuladas entre alunos, professores e funcionários, tais como: seleção, catalogação e acondicionamento de documentos considerados de maior relevância histórica e sua disponibilização aos pesquisadores, pois os documentos das instituições escolares devem ser preservados, organizados e disponibilizados ao público e acessíveis aos que optam pelo caminho da pesquisa histórica. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

ORGANIZAÇÃO, ACONDICIONAMENTO E DESCARTE DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVOS ESCOLARES

Os arquivos escolares, a exemplo dos demais arquivos, também podem ser classificados como públicos e privados. A Lei nº 8.159/91, embora não faça expressa alusão aos arquivos escolares, no que se refere aos atos decorrentes do encargo público, são de interesse público, por isso, as escolas estão obrigadas a preservar seus arquivos, inclusive as escolas privadas. Os arquivos escolares privados, de acordo com Ruy Hermann Araújo Medeiros, são de interesse público quando decorrentes de atribuições autorizadas, reconhecidas ou delegadas pelo poder público, deste modo, quando a escola privada é extinta, os documentos decorrentes daquelas atribuições se tornam totalmente públicos e são transferidos para a guarda pública. (MEDEIROS, 2009).

As escolas, públicas e privadas, exercem *mínus* público e têm a responsabilidade de preservar seus arquivos, pois a finalidade destes é a comprovação do direito de pessoas ou da administração e as informações deles provenientes são utilizadas pelos órgãos da administração pública para exercer um controle do fluxo referente ao oferecimento de vagas, matrículas, aprovação, reprovação, evasão, entre outros. Ademais, os arquivos escolares possuem valor histórico e cultural.

Os documentos escolares são classificados em documentos correntes, documentos intermediários e documentos de valor permanente. Nos arquivos escolares, a documentação geralmente está em suporte de papel, organizada em livros, dossiês e documentos avulsos que contêm as informações internas produzidas cotidianamente pelos atores educativos e pela própria instituição. Pode-se dizer que os fundos arquivísticos das instituições educativas são constituídos por documentos específicos, produzidos no cotidiano das práticas administrativas e pedagógicas, são produtos da escola e revelam as relações que, no seu interior se



desenvolveram pelos atores educativos envolvidos no processo educacional. (MOGARRO, 2006).

É importante que seja desenvolvida uma política de arquivamento e descarte de documentos que ultrapasse o limite imposto pela burocracia administrativa, que exige no caso de fechamento da escola, que apenas os documentos de ordem administrativa sejam repassados aos arquivos estaduais. Nesse processo, parte da história das instituições educativas acaba se perdendo, esta é uma questão candente no que se refere aos arquivos escolares.

DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS EM ARQUIVOS ESCOLARES

O trabalho de descrição dos documentos albergados nos arquivos escolares é imprescindível para o desvelamento das informações sócio/históricas e educativas que constam nesses documentos e que dão suporte para a realização de pesquisas sobre a história das instituições educacionais e contribuem para a ampliação das pesquisas na área da História da Educação.

Os arquivos escolares sofrem com problemas relacionados aos procedimentos práticos e rotineiros de um arquivo, tais como: tratamento, descrição, divulgação e condições de acesso aos documentos para os pesquisadores. Eles recebem poucos investimentos para a sua preservação. Contudo, apesar das dificuldades, o acesso às informações contidas nos arquivos é assegurado por lei. A Arquivística estabelece regras próprias para garantir esse acesso e oferece instruções para o trabalho de descrição e organização dos documentos nos arquivos, pois, entende-se que a descrição desses documentos possibilita a criação de bancos de dados que geram instrumentos de pesquisa (catálogos e índices) que facilitam os pesquisadores na busca pelos documentos que necessitam para realização da pesquisa.

A organização dos documentos nos arquivos escolares amplia as possibilidades de pesquisa e facilita o trabalho do investigador no processo de identificação das fontes. É dever dos responsáveis pela manutenção e organização dos arquivos escolares a descrição fidedigna de sua documentação. Devem ser respeitadas as normas e técnicas que estabelecem critérios para escrever, indexar e resumir os documentos, de modo que estes possam ser recuperados e utilizados como fontes nas pesquisas. (SOUZA, 2013).

O Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, no que tange a descrição de documentos arquivísticos, recomenda o uso da Norma Brasileira de Descrição Arquivística-NOBRADE que está alinhada às normas internacionais de Arquivos⁵ ISAD(G) e ISAAR (CPF) e se constitui numa adaptação das normas internacionais à realidade brasileira. A NOBRADE tem como finalidade:

[...] estabelecer diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor. [...] Tem em vista facilitar o



acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional. Embora voltada preferencialmente para a descrição de documentos em fase permanente, pode também ser aplicada à descrição em fases corrente e intermediária. (BRASIL, 2006, p. 10).

O Conselho Nacional de Arquivos orienta que a Norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero e deve ser amplamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas. O objetivo da normalização e padronização é garantir descrições concisas e elucidativas, que facilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2006). A Norma tem como objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns e obrigatórios, como: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso. Em relação ao formatado final dos instrumentos de pesquisa e acesso aos documentos, segundo consta da lei, cabe a cada entidade custodiadora formular seu modelo próprio. (BRASIL, 2006).

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística é dividida em oito áreas distintas que compreende vinte e oito elementos de descrição; pode ser assim organizada: 1- Área de identificação: registra a informação essencial para identificar a unidade de descrição; 2- Área de contextualização: registra a informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição; 3- Área de conteúdo e estrutura: registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição; 4- Área de condições de acesso e uso: registra informação sobre o acesso à unidade de descrição; 5- Área de fontes relacionadas: registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição; 6- Área de notas: registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores; 7- Área de controle da descrição: registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada; 8- Área de pontos de acesso e descrição de assuntos: registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. (BRASIL, 2006).

Dos vinte e oito elementos que compõem a estrutura da NOBRADE, sete são obrigatórios, são eles: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso. Esta Norma deve ser aplicada à descrição de qualquer tipo de documento. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas. (BRASIL, 2006).

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, FONTES E PESQUISA EM ARQUIVOS NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

No oeste paranaense o processo de escolarização esteve diretamente relacionado com o projeto de colonização planejada aplicado na região. A educação escolar fez parte da ocupação regional e esteve inserida num conjunto que aliava economia, posse da terra, desenvolvimento regional e religião. Embora os órgãos públicos e as empresas responsáveis pela colonização, na segunda metade da década de 1940, tenham propalado o mito da



existência de um vazio demográfico, a região passou por várias fases em seu processo de ocupação, sempre alinhadas ao cenário nacional e internacional de desenvolvimento das forças produtivas e atendendo aos interesses dos grupos sociais que no período detinham o poder econômico e faziam valer seu domínio. A educação escolar, por sua vez, não esteve desarticulada dessa conjuntura sócio-política e econômica. (ANDRADE, 2018; ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2013).

O processo de institucionalização da educação esteve diretamente relacionado ao movimento migratório que aconteceu na região, a partir da segunda metade da década de 1940, sob a direção de empresas colonizadoras nacionais, de capital privado. Nesse contexto, as instituições educativas foram gestadas, sempre a partir da realidade do interior dos núcleos de colonização. Os primeiros migrantes chegaram à região no final da década de 1940, em sua maioria, oriundos de outros estados da região Sul, que vinham para o oeste paranaense em busca de oportunidade de trabalhar na terra, para isso, compravam pequenos lotes rurais para desenvolver a agricultura familiar de subsistência. Os núcleos urbanos eram criados e, ao redor deles, os povoados, localidades com algumas famílias que desenvolviam atividades agrícolas. Nesses locais, o poder público, a iniciativa privada e as igrejas, se uniram para construir escolas para atender aos filhos dos colonos que se estabeleciam na região. (ANDRADE, 2018; GARUTI DE ANDRADE, ARNAUT DE TOLEDO, 2017).

Assim, teve início um processo de colonização planejada, que por sua vez, fez parte processo de migração interna que aconteceu no Brasil no contexto do projeto de nacionalização das fronteiras, no período do Estado Novo (1937-1945). A partir do programa federal Marcha para o Oeste, criado pelo Governo Vargas no fim dos anos de 1930, o oeste paranaense passou por mudanças estruturais. O projeto de nacionalização e ocupação da região se intensificou durante a década de 1940. Nesse período, devido à aceleração da industrialização nos grandes centros urbanos do Brasil, especialmente na região Sudeste e a expansão do agronegócio, sobretudo, no Sul, o país passou por um rápido crescimento populacional que acabou resultando no aumento do contingente de trabalhadores disponíveis nos centros urbanos, gerando assim, um proletariado marginal urbano. Nas regiões coloniais, especialmente no Rio Grande do Sul, constituídas por imigrantes e descendentes de imigrantes europeus, o rápido desenvolvimento do agronegócio gerou para esses colonos, pequenos produtores rurais, a desapropriação da terra e, conseqüentemente, a concentração das propriedades rurais nas mãos dos grandes fazendeiros. Nessa conjuntura de esgotamento de suas condições de reprodução como colonos e sem organização social, muitos foram impulsionados a migrar, formando frentes de expansão das fronteiras agrícolas. (WACHOWICZ, 2001; PADIS, 1981; GREGORY, 2005).

Devido a essas novas condições sociais determinadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, novos núcleos populacionais foram constituídos. Os migrantes trouxeram consigo, além de suas características étnico/culturais, também claras percepções sobre a importância da educação escolar. Tal fato convergia com as ideologias políticas do



Governo Vargas, que concebia a educação escolar como elemento essencial para a reconstrução da sociedade brasileira e como a principal solução para os problemas do país. (EMER, 1991; ANDRADE, 2018).

Pode-se dizer que o projeto que desembocou na colonização planejada do oeste paranaense tinha o claro propósito da ocupação produtiva das terras da região e sua imediata incorporação ao modelo capitalista de produção. Embora tivesse o incentivo e o amparo legal dos governos federal e estadual, foi a iniciativa privada, por meio de empresas imobiliárias, de capital privado⁶, que coordenaram todo o processo de reocupação das terras. A base desse projeto era a doação de terras públicas para empresas que, depois, as venderam com lucros grandiosos. Nesse contexto, a existência da escola, ou a perspectiva de sua imediata instalação, fazia parte dos itens que contribuiriam para o sucesso dos negócios das colonizadoras. (ANDRADE, 2018; SCHNEIDER, 2001; GARUTI DE ANDRADE, 2016).

No movimento migratório, a educação escolar foi concebida como elemento de garantia de uma prosperidade futura e relacionada ao caráter comercial do empreendimento da colonização. Os migrantes vinham em busca de novas oportunidades e viam a educação escolar como um elemento necessário para a formação da nova comunidade. A educação fez parte das crenças e esperanças que moveram as frentes de ocupação na região; muitos migrantes, em suas localidades de origem, eram impossibilitados do acesso à escola. Por isso, viam na nova realidade geográfica e social a possibilidade da educação escolar para seus filhos. Apostaram nela e reafirmaram na comunidade a ideia que não era possível ter uma cidade sem escola. Essa mentalidade estava em consonância com o desenvolvimento econômico do período, que entendia como necessário que as pessoas soubessem, ao menos, ler e escrever para fazer as atividades comerciais elementares como: ir ao banco, comprar e vender, fazer negócios. (ANDRADE, 2018; EMER, 2004).

Embora a região oeste do Paraná seja de colonização recente, as fontes primárias para a realização de pesquisas na área da História da Educação são escassas e estão num estado de conservação que deixa muito a desejar, dadas as condições de albergamento e manutenção. No entanto, há que salientar a importância dos acervos regionais que já existem e tem exercido o importante papel de armazenar e organizar os documentos e fontes sobre a história da educação na região.

a) Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE): os *campi* de Cascavel, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon da UNIOESTE possuem um considerável número de trabalhos defendidos nos cursos de graduação e de pós-graduação em História e História da Educação, que discutem a questão da educação escolar da região. Os arquivos de todos os *campis* da Universidade Estadual do Oeste do Paraná estão disponíveis para serem consultados por pesquisadores que optarem pela pesquisa sobre a historiografia das instituições educacionais. O *campus* de cada uma dessas cidades possui biblioteca com vasto material para pesquisas sobre essa temática. O Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE disponibiliza o acesso a todo seu acervo. A biblioteca do *campus* Cascavel ocupa uma área de



4.267m² distribuídos em dois pisos num prédio próprio, seu acervo é composto por 53 mil exemplares e 24 mil títulos de livros, além de um número aproximado de 23 mil exemplares de periódicos. A biblioteca está localizada no seguinte endereço: Rua Universitária, 1.619. Caixa Postal 701, Jardim Universitário. Cascavel, Paraná - CEP 85819-110. Telefone: (45) 3220-3178. Endereço Eletrônico: bibcvel@gmail.com. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

A biblioteca do *campus* de Marechal Cândido Rondon ocupa uma área de 500m², no térreo do Bloco II, seu acervo é composto por 20 mil títulos e 34 mil exemplares livros, além de 881 títulos e 15 exemplares de periódicos e está localizado à Rua Pernambuco, 1.777, Caixa Postal 91 CEP 85960-000. Telefone: (45) 3284-7879. Endereço Eletrônico: bibmcr@unioeste.br. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

A biblioteca do *Campus* de Toledo ocupa uma área de 1.000m² distribuídos em dois pisos num prédio próprio, seu acervo é composto por 32.327 exemplares e 21.632 títulos de livros, além de 610 títulos e exemplares de periódicos. Está localizada à Rua da Faculdade, 645-Jardim Santa Maria, CEP. 85903-000 Toledo/PR. Telefone: (45) 33797118. Endereço Eletrônico: bibtoo@unioeste.br.

A biblioteca do *campus* de Foz do Iguaçu, ocupa uma área de 2.060m² e oferece consulta local de livros e periódicos, empréstimo domiciliar, empréstimo Inter bibliotecário, catalogação na fonte, levantamento bibliográfico e comutação bibliográfica. Está localizada Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Pólo Universitário; Caixa Postal: 961. Telefone: (45) 3576-8100. Endereço Eletrônico: foz.biblioteca@unioeste.br. O sítio eletrônico para acesso às três bibliotecas acima elencadas é: <<http://www.unioeste.br/biblioteca/>>. Para consultar o acervo eletrônico do sistema de bibliotecas da UNIOESTE, acessar o seguinte sítio eletrônico: <<https://sisbib.unioeste.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

b) CEPEDAL (Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação da América Latina): o CEPEDAL é um órgão suplementar, vinculado cientificamente ao Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras (CCHEL) da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e administrativamente, está ligado ao *Campus* de Marechal Cândido Rondon, da UNIOESTE. O CEPEDAL foi criado no ano de 1989 e, desde esta data, tem se especializado na organização e guarda de testemunhos e registros em vários suportes documentais sobre o oeste do Paraná e nas áreas de fronteira com o Paraguai e a Argentina. O objetivo deste órgão é preservar acervos documentais sobre o oeste paranaense e as populações de fronteira vinculadas à região. A instituição disponibiliza mais de 500 suportes documentais, entre entrevistas em áudio e vídeo. Tem acervo com mais de mil fotografias, particularmente sobre a ocupação da região, no período entre 1950 e 1990. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

O Núcleo de Pesquisa e documentação sobre o Oeste do Paraná realiza a organização e guarda de acervos, que em seu conjunto testemunham as ocupações populacionais e as transformações sociais, econômicas e culturais vividas na Região Oeste do Paraná e nas áreas



de fronteira com o Paraguai e na Argentina desde os anos 1950. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018). No conjunto, organiza os fundos documentais e coleções, assim constituídos:

FUNDO BLUHM, composto por obras em língua alemã, totalizando 540 exemplares;

FUNDO ERNST MANN, constituído por correspondências, jornais, artigos publicados, mapas, revistas, livros e *folders* relacionados às temáticas articuladas ao Oeste do Paraná, particularmente sobre a cidade de Guaíra, composto de 2.038 documentos. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018);

FUNDO ESTANISLAU CZYCZA, composto por um acervo de revistas e livros em polonês, com aproximadamente 31 volumes;

FUNDO LINCOLN LEDUC, formado por um acervo de periódicos, revistas, reportagens jornalísticas, documentos e fotos referentes à construção da Usina da Itaipu, com aproximadamente 88 volumes (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018);

FUNDO PAULETTI PEDRON, composto por periódicos, revistas, reportagens jornalísticas, documentos e entrevistas relativos à cidade de Palotina, no Oeste do Paraná, com um número aproximado de 93 documentos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018);

FUNDO VILMA FIOROTTO, composto de periódicos e revistas sobre sindicalismo, barragens, movimentos sociais e reforma agrária, composto por um total aproximado de 50 documentos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ, 2018);

O CEPEDAL dispõe de uma biblioteca de apoio na área de História do Paraná e do Oeste do Paraná, composta por mais de 2000 livros, integrada ao sistema Apolo de bibliotecas da UNIOESTE. Além disso, possui uma hemeroteca composta por um total de aproximadamente 11 títulos de jornais de circulação local e regional, um rico acervo de periódicos com mais de 50 títulos e um número aproximado de 3 mil volumes; também mantém a revista Espaço Plural, um periódico publicado semestralmente em versão impressa e eletrônica.

O CEPEDAL é sediado na UNIOESTE, *campus* Marechal Cândido Rondon. O endereço é: Rua Pernambuco, 1.777, Caixa Postal 91 - CEP 85960-000 e o sítio eletrônico: <<http://www.unioeste.br/projetos/cepedal/>>. Telefone (45) 3284-7878. O acervo está disponível aos pesquisadores por meio dos contatos acima apresentados.

c) Museu histórico Willy Barth: O Museu Histórico Willy Barth é um órgão público municipal, localizado na cidade de Toledo, Paraná. A instituição foi criada pela Lei Municipal nº 834 de 23 de agosto de 1976, sancionada pelo Prefeito Wilson Carlos Kuhn. (TOLEDO, 1976a). No dia 29 de setembro, um mês depois, foi sancionada a Lei Nº 844, que determinou que a instituição fosse denominada de Museu Histórico Willy Barth, em homenagem ao pioneiro-colonizador e prefeito do município de Toledo. Embora criado e nomeado



oficialmente em 1976, o Museu só foi instalado de fato, oito anos depois. (TOLEDO, 1976b). A instituição está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura e tem como missão principal preservar e divulgar a Memória Histórica do Município de Toledo e da região Oeste do Paraná. As atividades do Museu Histórico Willy Barth começaram numa sala provisória na Casa da Cultura em fevereiro de 1984. Em novembro de 1985, foi transferido para o 1º andar do Centro Cultural Oscar Silva, instalado nas salas do andar superior deste edifício. Segundo consta da Lei Municipal nº 1.433/88, de 30 de junho de 1988, o Museu passou a integrar o Centro Cultural do município de Toledo, administrado pela Casa da Cultura. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015). A Lei Municipal nº 1.685/91 de 21 de outubro de 1991, alterou a denominação “Centro Cultural de Toledo”, para “Centro Cultural Oscar Silva”, portanto, o Museu Histórico Willy Barth, desde a sanção da Lei supracitada, faz parte do Centro Cultural Oscar Silva, administrado pela Casa da Cultura do município. (TOLEDO, 1991). Seu acervo possui mais de 15 mil itens, divididos em: imagens, documentos impressos (livros; revistas; biografias), entre outros, e manuscritos; mapas; correspondências; jornais; relatórios de atuação da empresa colonizadora; documentos pessoais; peças/objetos de uso doméstico e comercial; história oral: depoimentos de pessoas diretamente envolvidas no processo de ocupação da região, gravados em áudio e vídeo, todos relativos à colonização e à escolarização do oeste paranaense. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014). O Museu Histórico Willy Barth constituiu-se como um dos principais acervos de fontes documentais sobre a história da educação da região e sobre as instituições escolares. Situado na Rua Guarani, 3843, Vila Becker, Toledo, PR. O museu está aberto à visita de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 11h45 e das 13h30 às 17h30 e no primeiro sábado de cada mês das 14h às 18h. Telefones para agendamento de visitas e contatos: (45) 32771328 e (45) 32773590. Endereço eletrônico: museu.rejane@toledo.pr.gov.br. Sítio eletrônico: <http://www.toledo.pr.gov.br/portal/cultura/museu-historico-willy-barth>.

d) Escritório da Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná S/A: localizado na cidade de Toledo, o escritório da empresa responsável pela colonização de grande parte das terras do oeste paranaense constitui num importante acervo para pesquisa sobre a história da educação regional e das instituições escolares. Possui materiais referentes ao período da colonização, tais como: mapas, imagens, contratos de compra e venda de terrenos, termos de doação de terrenos e madeiras para as escolas e igrejas como incentivo à construção, e dados sobre sua atuação como empresa colonizadora. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

Tem sede na Rua Guarani, 1.460, Centro (Toledo/PR). Telefone: (45) 5277-1308. O acervo está disponível para realização de pesquisas com agendamento prévio, através dos contatos indicados.

e) Centro Cultural de Foz do Iguaçu: trata-se de um importante acervo público sobre a história do município de Foz do Iguaçu e das primeiras iniciativas educacionais realizadas na região oeste do Paraná. A instituição foi criada em 12 de julho de 1985, pela Lei nº. 1.224 e está localizada na região central da cidade, tendo como missão o estímulo e a promoção de



atividades culturais e artísticas, incentivo e difusão do cultivo das artes, proteção e preservação do patrimônio cultural e histórico do município. Além disso, é responsável pela realização de vários eventos culturais no município e projetos diversos destinados à população local. (FOZ DO IGUAÇU, 2017). O Centro Cultural tem se especializado na organização e guarda de testemunhos e registros em vários suportes documentais sobre o oeste do Paraná e nas áreas de fronteira com o Paraguai e a Argentina. A instituição disponibiliza mais de 500 suportes documentais, entre entrevistas em áudio, documentos escritos e manuscritos. Tem acervo com mais de mil fotografias, particularmente sobre os diferentes processo de ocupação e (re)ocupação da região, no período entre 1914 e 1985. Dispõe de uma biblioteca composta por centenas de livros, em sua maioria, relacionadas a História do Paraná, do oeste paranaense e de Foz do Iguaçu. Endereço: Rua Benjamim Constant, 62, Centro. CEP: 85.851-380. Telefone: (45) 35211511. Sítio eletrônico: <www.pmfi.pr.gov.br>. Endereço eletrônico: eventos@pmfi.pr.gov.br. Horário de atendimento: Segunda a sexta, das 08h:00 às 12h:00 e das 14h:00 às 18h:00.

f) Museu da Imagem e do Som de Cascavel: trata-se de uma instituição mantida pelo Poder Público Municipal que oferece uma grande quantidade de materiais relacionados a colonização e escolarização da região oeste do Paraná e especialmente do município de Cascavel. O Museu da Imagem e do Som de Cascavel está localizado no Centro Cultural Gilberto Mayer, foi Criado pela Lei Nº 1991/88, de 21 de abril de 1988, vinculado à Secretaria de Cultura. (CASCAVEL, 2017). A instituição tem como finalidade resgatar, inventariar e preservar à memória artístico-cultural e histórica da região oeste do Paraná e do município de Cascavel. A instituição possui um acervo de mais de 50 mil documentos entre fotos, áudios e vídeos que descrevem o período da colonização e desenvolvimento da região oeste do Paraná e de Cascavel, constituindo-se num importante espaço de albergamento de fontes para pesquisas na área da história e da história da educação regional. Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 379, anexo ao Centro Cultural Gilberto Mayer. Telefone: (45) 39021369. Sítio eletrônico: <http://www.cascavel.pr.gov.br/museu/solicitar_atendimento.php> .

CONCLUSÃO

O trabalho de preservação de fontes das instituições educacionais contribui para o entendimento da atuação de sujeitos e grupos sociais que representam um determinado contexto histórico. Cabe dizer que se faz necessário construir lugares de memória, isto é, criar arquivos que preservem documentos e fontes. Devem ser construídos locais adequados para albergar materiais que servem para preservar a história e a memória educacional.

Tem-se que, nos arquivos escolares estão guardados importantes documentos que falam das relações sociais e institucionais e de como as políticas públicas educacionais foram implementadas naquele determinado contexto escolar, por isso, todas as iniciativas para o desenvolvimento de uma política de preservação dos arquivos escolares são essenciais, pois,



podem contribuir para criação de espaços próprios para a guarda de documentos que se constituem em suportes da memória educacional.

No oeste paranaense, a situação de conservação das fontes documentais é muito precária e descuidada, principalmente em relação à documentação do início do século XX. A escassez de fontes sobre a história da educação é uma realidade na pesquisa sobre as instituições escolares da região, no entanto, a despeito dos desafios é possível realizar pesquisas e a tarefa é de grande dimensão. Por se tratar de uma região de colonização recente, faz-se necessário documentar a história. Cabe destacar que o trabalho de levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias relativas à História da Educação regional tem sido realizado por grupos de pesquisa. O HISTEDOPR, GT- Cascavel, Grupo de Pesquisa vinculado ao HISTEDBR/Unicamp, em desenvolvimento desde 2003, tem se dedicado à tarefa de levantar, organizar e catalogar fontes primárias e secundárias para a História da Educação na região, mas, ainda há muito que se fazer. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014).

O trabalho de reconstituição da história e da memória da educação e das instituições educacionais no oeste do Paraná tem representado um desafio aos pesquisadores na área de História da Educação, pois essas fontes, em sua maioria, já se perderam ou estão se perdendo. Parte da documentação ainda dispersa e sem o acondicionamento adequado está se deteriorando. Evidencia-se, portanto, que se faz urgente e necessário a criação de novos arquivos que propiciem melhor conservação, organização, classificação e difusão das informações que os documentos relativos à colonização e a escolarização da região. O trabalho de levantar e catalogar fontes constitui-se num desafio às instituições públicas, aos grupos de pesquisas e aos investigadores que decidirem pelo veio da pesquisa regional.

Salientamos a necessidade de se desenvolver no interior das instituições educacionais uma cultura de preservação das fontes. Isto não significa guardar tudo, mas, descartar o desnecessário e criar condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação dos documentos produzidos pela escola. A preservação desses documentos é necessária para a compreensão da história da educação. A realização desta tarefa exigirá a participação integrada de arquivistas, historiadores e técnicos, por meio de treinamento e formação continuada de funcionários e professores. Outra medida que pode contribuir é a inserção desta temática nos cursos de Graduação, especialmente aqueles que formam professores, a fim de ampliar a discussão sobre a importância dos acervos escolares. (VIDAL, 2005).

Entendemos que a qualidade das pesquisas sobre instituições escolares no oeste paranaense depende de um rigoroso trabalho de preservação de fontes por parte das escolas da região, isto se dará por meio do melhoramento da infraestrutura, da organização dos arquivos e do compromisso coletivo. (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2015). Há que se formar no interior das instituições educativas meios para o desenvolvimento de uma cultura de preservação de documentos e valorização de seus arquivos. Isso, sem dúvida, ajudará na



salvaguarda da história e da memória educacional do oeste paranaense. Destacamos, portanto, a necessidade de criar e manter arquivos nas mais diferentes localidades da região, para que as fontes sejam resguardadas e corretamente acondicionadas. Por fim, cabe salientar que a existência desses arquivos só ganhará sentido na medida em que forem alocados em instalações adequadas e seus documentos forem coerentemente organizados para que o acesso às informações que eles possuem seja efetivamente garantido aos pesquisadores que optarem por pesquisar nestes arquivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. P. **Religião e educação escolar na colonização do oeste paranaense: o caso da implantação do Colégio Vicentino Incomar, de Toledo (1948-1965)**. Curitiba: CRV, 2018.

ARNAUT DE TOLEDO, C. de. A.; ANDRADE, R. P. Caracterização do acervo do Museu Histórico Willy Barth, de Toledo e a pesquisa sobre história da educação na região oeste do Paraná, Brasil. **Revista Educere et Educare**, v. 10, n. 19, p. 73-83, jan./jun. 2015.

ARNAUT DE TOLEDO, C. de. A.; ANDRADE, R. P. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

ARNAUT DE TOLEDO, C. de. A.; ANDRADE, R. P. História e historiografia da Escola Lutera Concórdia de Marechal Cândido Rondon (1955-1969). In: SILVA, J. C. *et al.* (org.). **História da educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 121-210.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma brasileira de descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.073. [2002]. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=137&sid=54. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL. Lei Federal n. 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL. Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos. Portaria Nº 2.588, de 24 de novembro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CASCADEL. Museu da Imagem e do Som. Cascavel, Prefeitura Municipal de Cascavel, 2018. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/secretarias/cultura/subpagina.php?id=79>. Acesso em: 15 dez. 2014.

EMER, I. O. **Aspectos históricos da educação regional**. Cascavel, 2004. Mimeo.



EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola.** 1991. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

FOZ DO IGUAÇU. Fundação Cultural Foz do Iguaçu. Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <http://culturafoz.pmfi.pr.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2018.

GARUTI DE ANDRADE, F. A.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de. A. História da implantação da escola rural de Xaxim (1952-1961) no contexto da escolarização do Oeste Paranaense. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 47-68, abr. 2017.

GARUTI DE ANDRADE, F. A. **O Colégio Marista no contexto da urbanização de Cascavel (1962-1989).** Curitiba: CRV, 2016.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste paranaense.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2005.

JARDIM, J. M. O inferno das boas intenções: legislações e políticas arquivísticas. *In:* MATTAR, E. (org.). **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 37-45.

MAGALHÃES, J. P. A construção historiográfica do objecto educacional: cultura escolar e liberalismo em Portugal. **Revista Interuniversitária História de la Educación**, n. 25, p. 131-152, 2006.

MAGALHÃES, J. P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In:* SANFELICE, J. L.; SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C. (org.). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional.** Campinas: Autores Associados, 1999a.

MAGALHÃES, J. P. **Contributo para a história das instituições educativas: entre a memória e o arquivo.** Braga: Universidade do Minho, 1999b.

MAGALHÃES, J. P. Educação e memória. Arquivos e museus: desafios à prática educativa e à investigação histórica. *In:* NEPOMUCENO, M. de. A.; TIBALLI, E. F. A. (org.). **A educação e seus sujeitos na história.** Belo Horizonte: Argumentvm; SBHE, 2007. p. 181-189.

MAGALHÃES, J. P. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. *In:* SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras, 1998.

MEDEIROS, H. A. R. **Arquivos escolares.** *In:* CASIMIRO, A. P. B.; LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R. (org.). **A pesquisa e a preservação de fontes e arquivos para a educação, cultura e memória.** Campinas: Alínea, 2009. p. 175-188.

MIGUEL, M. E. B. A história, a memória e as instituições escolares: uma relação necessária. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, p. 243-256, jan./jun. 2012.



MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, v. 1, p. 71-84, 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 11 nov. 2013.

MOGARRO, M. J. Arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista Pro-prosições**, v. 16, n. 1 (46), p. 103-116, jan./abr. 2005.

PADIS, P. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre as fontes para a história da educação. *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SCHNEIDER, C. I. **Os senhores da terra: produção de consensos na fronteira**. (Oeste do Paraná, 1946-1960). 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2001.

SOUZA, E. G. **Arquivos históricos escolares: descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a história da educação brasileira**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Arquivos+hist%C3%B3ricos+escolares%3A+descri%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TOLEDO (PR). Lei nº 1.433/88 de 30 de junho de 1988. **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, Toledo, 30 de junho de 1988.

TOLEDO (PR). Lei nº 1.685/91 de 21 de outubro de 1991. **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, Toledo, 21 de outubro de 1991.

TOLEDO (PR). Lei nº 834/76 de 23 de agosto de 1976. **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, Toledo, 23 de agosto, 1976a.

TOLEDO (PR). Lei nº 844/76 de 29 de setembro de 1976. **Diário Oficial [do] Município de Toledo**, Toledo, 29 de setembro, 1976b.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL)**. Cascavel: UNIOESTE, 2018. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/cepedal/>. Acesso em: 20 nov. 2013.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez. 2005.

VIDAL, D. G. Por uma ampliação da noção de documentos escolar. *In*: NASCIMENTO, M. I. M. *et al.* (org.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 59-71.



VIDAL, D. G.; ZAIA, I. B. De arquivo morto a permanente: o arquivo escolar e a construção da cidadania. In: MORAES, C. S. V.; ALVES, J. (org.). **Contribuição à pesquisa do ensino técnico no Estado de São Paulo: inventário de fontes documentais**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002. p. 33-42.

WACHOWICZ, C. R. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WESTPHALEN, C. M.; MACHADO, B. P.; BALHANA, A. P. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. n. 7. Curitiba: Departamento de História, 1968.

Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

² Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

⁴ O CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo. (BRASIL, 2011).

⁵ A ISAD (G) - Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, editada em 1992, padroniza a descrição arquivística em fundos como um todo e em suas partes e contém regras gerais que podem servir como base para a criação de normas locais, tais como a NOBRADE. Em 1996, surgiu outra norma que visava a descrição dos produtores dos documentos, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), que possui metodologias já utilizadas na biblioteconomia.

⁶As empresas colonizadoras de capital privado, companhias com larga experiência em empreendimentos colonizatórios em outros estados da região Sul do Brasil, firmaram acordos com o governo paranaense para explorar a terra e vender propriedades em várias localidades do estado, incluindo a região oeste. O estado do Paraná abdicou da possível arrecadação de impostos com a venda de lotes rurais e urbanos e passou o ônus da infraestrutura mínima para a iniciativa privada. (GREGORY, 2005). Dentre as companhias que foram responsáveis por lotear os maiores espaços territoriais na região, destacam-se as seguintes: Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A; Terras e Pinhais Ltda.; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Pinho e Terras Ltda.; Colonizadora Matelândia Ltda. e Colonizadora Criciúma Ltda. (WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA, 1968).